

Notas para a História da Reforma Administrativa no Brasil

1.^a PARTE

Panorama geral anterior a 1930

Capítulo IX

ESTADISTAS DO IMPÉRIO

D. Pedro II dirigiu os destinos do Brasil, em seu longo reinado de quase meio século, através de 36 gabinetes ministeriais, dos quais o primeiro, já mencionado em capítulo anterior e denominado da "Maioridade", teve como figuras de proa os irmãos Andrada (Antônio Carlos e Martim Francisco) e Aureliano Coutinho, sendo o 36.^o e último chefiado pelo Visconde de Ouro Preto.

Nos seis ministérios organizados de 1840 a 1847 não havia legalmente ou oficialmente predominância do titular de qualquer das pastas e todos os ministros gozavam de autoridade e prestígio idênticos na ação governamental. Se alguns, como os irmãos Andrada, Aureliano, Miguel Calmon, Honório Hermeto, Rodrigues Torres, Alves Branco, etc., conseguiram que seus nomes sobrelevassem os dos companheiros de governo, deve-se o fato às qualidades pessoais que possuíam e não a qualquer dispositivo da organização administrativa da época. A pasta política, por excelência, era a do Império. Não obstante, durante o período assinalado, não foi, as mais das vezes, o Ministro do Império quem apresentou o programa do Gabinete a exame da Nação. Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Ministro da Marinha, foi quem definiu, na tribuna da Câmara dos Deputados, a política que seria seguida pelo 3.^o Gabinete, organizado a 20 de janeiro de 1843. O General Jerônimo Francisco Coelho, que acumulava as pastas da Guerra e da Marinha no 4.^o Gabinete, foi quem apresentou o programa dessa organização ministerial. Foi ainda Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque), Ministro da Marinha do 5.^o Gabinete, o encarregado de expor a orientação de seus colegas. E, finalmente, no 6.^o Gabinete, coube essa tarefa ao Ministro da Justiça José Joaquim Fernandes Torres.

Como se vê, os ministros equivaliam-se politicamente e só de 1847 em diante, com a criação, a 20 de julho, da Presidência dos conselhos de Ministério, passaram os auxiliares imediatos do governo a ter um chefe, que os escolhia e que seria, desde essa época até 1889, o responsável pela direção política do Império.

Com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, queria D. Pedro II ficar a coberto de insinuações concernentes a preferências pessoais, que sempre, aliás, se absteve de manifestar, governando indistintamente ora com os Liberais, ora com os Conservadores e timbrando, até, em chamar para as pastas figuras que ainda na véspera o atacavam acerbamente, como Sales Torres-Homem e Silveira Martins. Queria ainda o Imperador, com isso, dedicar-se mais de perto aos problemas da administração que o interessavam nos mais insignificantes pormenores, deixando, como deixou, a política aos políticos do Império.

O primeiro Presidente do Conselho de Ministros foi Manuel Alves Branco, posteriormente segundo Visconde de Caravelas (1), que escolheu para si a pasta do Império.

"Contador do Tesouro Nacional em 1837 (2), se distinguiu pela sua aplaudida competência, devendo-se-lhe importantes regulamentos de contabilidade e as primeiras instruções para a escrituração por partidas dobradas" (3).

"Foi êle quem, em 1839, pensou na constituição de um fundo de garantia em ouro, ao lado do fundo

(1) O primeiro Visconde de Caravelas, que faleceu em 1836 com o título de Marquês, foi José Joaquim Carneiro de Campos, ministro de várias pastas do 1.^o Império (N. do A.).

(2) Nesse mesmo ano Manuel Alves Branco recusou o convite que o Padre Feijó lhe fizera, no sentido de, na qualidade de Ministro do Império, assumir a Regência (N. do A.).

(3) AUGUSTO TAVARES DE LIRA — *A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros*, Rio, 1923.

de resgate, para a valorização do meio circulante, idéia realizada em 1899 por Joaquim Murinho; foi êle quem desenvolveu então, por providências acertadas, a renda interna, fazendo subir a receita e baixar o *deficit* orçamentário; foi êle quem lançou em 1845 as bases do novo sistema monetário, propondo os meios de manter o papel ao par do ouro" (4).

"Dêle é também a autoria, ainda em 1845, do projeto instituindo entre nós um Tribunal de Contas, que só foi criado em 1890" (5)

A Manuel Alves Branco sucedeu, a 8 de março de 1848, como 2.º Presidente do Conselho de Ministros, José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé, que também escolheu para si a pasta do Império.

Como os presidentes do Conselho de Ministros foram, até à proclamação da República, os chefes do Governo do Brasil, parece-nos de utilidade, para o objetivo destas notas, mencioná-los todos aqui, nominalmente, em ordem cronológica, com especificação das pastas que preferiram gerir pessoalmente e ligeiros dados, colhidos em historiadores e tendentes a realçar-lhes a personalidade.

Assim, o 3.º Presidente do Conselho foi o Conselheiro Francisco de Paula Sousa e Melo, que constituiu ministério a 31 de maio de 1848, escolhendo para si a pasta da Fazenda.

"Paula Sousa passou à História como um desses tipos de raríssima inteireza moral que, às vezes, aparecem nas grandes crises que transformam as sociedades. Todos proclamam a sua integridade e as suas virtudes; o seu patriotismo e a sua fé inquebrantável nos princípios liberais; os seus merecimentos e os seus serviços; mas todos reconhecem, por igual, que foi antes um evangelizador de idéias do que um estadista. Faltavam-lhe qualidades de comando e capacidade construtora.

.....

 Êle era, em verdade, um idealista político" (6).

O 4.º Presidente do Conselho, a 29 de setembro de 1848, foi Pedro de Araújo Lima, então Visconde de Olinda. O ex-Regente do Império ficou acumulando as pastas dos Estrangeiros e da Fazenda.

"Regente de 18 de setembro de 1837 a 22 de julho de 1840, sucedeu a Feijó, numa hora de desalentos e tristezas, quando aos dirigentes se depa-

(4) LEOPOLDO DE BULHÕES — *Os Financistas do Brasil*.

(5) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

(6) *Id., ib.*

rava êste dilema cruel: ou a anarquia ou a reação. Preferiu esta para salvar o princípio da auto-riedade e a ordem constitucional. Depois da *Maioridade* foi-se retraindo aos poucos. Tinha-se na conta de homem necessário e se poupava para as grandes crises políticas. O seu orgulho transparecia em muitos de seus atos. Em 1848 dispensou-se de apresentar programa de governo: *não queria prometer para não se ver muitas vezes na dura necessidade de não poder cumprir seus desejos.*

.....

 O nome de Araújo Lima refulge, durante quase meio século, entre os dos mais beneméritos servidores de nossa pátria" (7).

Sucedeu a Araújo Lima, ainda no 10º Gabinete, que foi apenas recomposto e não totalmente substituído, José da Costa Carvalho, então Visconde e, mais tarde, Marquês de Monte Alegre, antigo membro da *Regência permanente* que governou até 7 de abril de 1835. Foi êle o 5.º Presidente do Conselho, cujas funções assumiu a 6 de outubro de 1849, conservando a pasta do Império, que ocupava desde o início do Gabinete Olinda.

Segundo Joaquim Nabuco,

"Cotegipe, que pertenceu à sua roda, costumava dizer que Monte Alegre foi o *melhor bom senso* que êle conhecera, pondo em segundo lugar a *Caxias*".

"Tendo por companheiros Euzébio (8), Paulino (9), Torres (10), Felizardo (11) e Tosta (12), Monte Alegre realizou uma opulenta obra de governo, no qual revelou extraordinários dotes de homem de Estado" (13).

O 6.º Presidente do Conselho, a 11 de maio de 1853, foi Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, que ficou com a pasta da Fazenda, que já vinha ocupando desde a remodelação do Gabinete Olinda. A rigor o gabinete que chefiou era uma segunda remodelação daquele.

(7) *Id., ib.*

(8) Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, Ministro da Justiça (*N. do A.*).

(9) Paulino José Soares de Sousa, Ministro dos Estrangeiros (*N. do A.*).

(10) Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, Ministro da Fazenda (*N. do A.*).

(11) General Manuel Felizardo de Sousa e Melo, Ministro da Guerra (*N. do A.*).

(12) Manuel Vieira Tosta, Ministro da Marinha, futuro Barão de Muritiba (*N. do A.*).

(13) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

"Na pasta da Fazenda, a administração de Torres foi modelar e lhe grangeou a merecida reputação de financista, contando um de seus biógrafos que, ao se darem modificações ministeriais, o que mais interessava aos capitalistas de Londres era saber se *êle havia subido*, porque para êles esta era a melhor garantia de segurança e firmeza na direção das finanças do país" (14).

Honório Hermeto Carneiro Leão, então Visconde e depois Marquês do Paraná, foi o 7.º Presidente do Conselho de Ministros, de 6 de setembro de 1853 a 3 de setembro de 1856, data em que faleceu como Chefe do Governo. Escolheu para si a pasta da Fazenda e o ministério que organizou e presidiu é conhecido como o da *Conciliação*, ao qual já nos referimos no capítulo VII destas notas, com especificações dos ocupantes das diferentes pastas.

O Visconde do Paraná

"ao retornar ao poder, em 1853, era o maior nome da política nacional" (15).

"A *política de conciliação* preparou homens, novos para o governo, permitiu o aproveitamento de todos os capazes no serviço público, contribuiu poderosamente para a remodelação, que veio mais tarde, de nossos partidos políticos que, no ocaso da monarquia, "porfiavam sem se excluírem, substituíam-se sem se exterminarem". Paraná, portanto, "demarca um trecho decisivo da nossa história constitucional e centraliza-a. Enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro. Separa duas épocas" (16).

Com o falecimento do Marquês do Paraná, foi escolhido para seu sucessor, como 8.º Presidente do Conselho, para continuar, com o mesmo ministério, a obra da *Conciliação*, Luiz Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias, que já ocupava a pasta da Guerra e que a conservou durante o seu governo.

"Seu nome é uma síntese admirável do vigor nacional nas lutas da Independência, nos tumultos e revoluções da Regência, na pacificação das províncias após a Maioridade, na sustentação de nossa soberania no estrangeiro. Nas nossas dissensões civis, êle, "seguindo o exemplo dos antigos batalhadores, antes de combater oferecia a paz, e, depois da vitória, tinha compaixão dos vencidos". Foi assim tôdas as vèzes que pôs a sua espada glo-

riosa ao serviço da ordem pública e da integridade do Império.

Em 1856, ao suceder a Paraná, não tinha autoridade de chefe e, se lhe coube a presidência do Conselho, foi porque o fulgor de suas glórias militares faria calar as ambições de qualquer de seus colegas. O que o Imperador queria era que todos continuassem em seus postos para que o *espírito de Paraná presidisse à eleição* em que se ia experimentar a lei dos círculos" (17).

A 4 de maio de 1857, como 9.º Presidente do Conselho de Ministros, voltava Pedro de Araújo Lima ao Governo, já então com o título de Marquês de Olinda, escolhendo, dessa vez, a pasta do Império. A 12 de dezembro de 1858, substituiu-o, como 10.º Presidente, outro veterano da política — Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, que deu preferência à pasta da Marinha.

"Enganar-se-ia quem pretendesse aferir o valor de Abaeté pelos seus atos na presidência do Conselho. Ao exercê-la já não era o combatente de outrora, cheio de abnegações e fé patrióticas, ardoroso e destemido, que fôra um dos mais aclamados representantes do liberalismo nas inolvidáveis jornadas da abdicação, da regência e da maioridade.

português de nascimento, amou carinhosamente a sua pátria adotiva, a que serviu com a maior dedicação e lealdade nos dias de triunfos e glórias, como nos de decepções e amarguras" (18).

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, foi o 11.º Presidente do Conselho, escolhendo a pasta da Fazenda e iniciando o seu governo a 10 de agosto de 1859.

"Ferraz era na tribuna uma espécie de gladiador antigo, armado da rêde que devia lançar sobre o adversário e do tridente com que procuraria atravessar-lhe a armadura. Ao contrário de Paraná, possuía vasta erudição e uma competência administrativa excepcional. Talvez de todos os homens de Estado da monarquia tenha sido o único apto para ocupar qualquer das pastas com a mesma proficiência e mesmo, se as circunstâncias o obrigassem a tanto, tôdas a um tempo. A sua atividade era igual à sua capacidade" (19).

"Silva Ferraz dispunha, como governo, de preparo e aptidões pouco vulgares. O patrimônio que deixou foi riquíssimo de iniciativas e realizações.

(14) *Id.*, *ib.*

(15) *Id.*, *ib.*

(16) *Id.*, *ib.*

(17) *Id.*, *ib.*

(18) *Id.*, *ib.*

19) JOAQUIM NABUCO — *Um Estadista do Império*. Nova Edição, 1936, Tomo Primeiro, pág. 131.

O seu elogio pode ser feito em meia dúzia de linhas: orador, brilhantíssimo; político, às vezes versátil, mas previdente, arrojado, de musculatura forte; administrador, sempre exemplar" (20).

Ocupando a pasta da Guerra, a 2 de março de 1861, foi o Marquês de Caxias o 12º Presidente do Conselho de Ministros. Foi êsse o 16º Gabinete de D. Pedro II.

"Em opposição a êste Ministério separaram-se do partido Conservador o Marquês de Olinda, José Tomás Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Antônio Saraiva, formando-se a chamada "Liga", que em 1862 elevou ao poder os *liberais*, senhores da situação até ao golpe de Estado de 16 de julho de 1868" (21).

O 13º Presidente do Conselho foi Zacarias de Góis e Vasconcelos, que escolheu para si a pasta do Império. Parece que o seu governo sofreu a influência nefasta do número que lhe coube na ordem dos Presidentes, pois durou apenas de 24 a 30 de maio de 1862.

"Êsse ministério foi chamado dos *Três dias*, embora o seguinte só entrasse em funções a 30, isto é, seis dias depois da sua organização" (22).

Não é através dêsse efêmero período de governo que cumpre focalizar a ação e a personalidade dessa grande figura que foi Zacarias de Góis e Vasconcelos, que só mais tarde, à frente de outros gabinetes, iria demonstrar as suas excepcionais qualidades de chefe.

"Na organização do seu gabinete (o 3.º) (23), Zacarias revela duas qualidades: adivinhação dos homens de futuro e decisão nos golpes" (24).

"Não era propriamente um ambicioso, era um dominador, qualidade que mais vezes aparece sem a ambição do que com a ambição" (25).

"Zacarias "nasceu com tendências para ser o superior, mesmo entre os seus iguais. A opinião que formava dos seus merecimentos não lhe consentia outro lugar senão acima ou na frente: ou como chefe ou como mestre".

Chefe êle o foi dos mais eminentes; mestre procurou ser, levando a tais extremos os seus exageros que se diria um professor de épocas passadas, chamando a contas os seus discípulos, no caso os seus

próprios colegas do Senado. Mas, com todos os seus defeitos, com o seu temperamento de censor impiedoso da moral política de seus contemporâneos, foi uma verdadeira culminância em nosso país" (26).

Como que para compensar a curta duração do 1.º ministério Zacarias, o que se lhe seguiu (18.º na ordem cronológica) durou de 30 de maio de 1862 a 15 de janeiro de 1864. Chefiou-o na pasta do Império, o Marquês de Olinda, que, assim, foi além de 4.º e 9.º, o 14º Presidente do Conselho. O ministério de 30 de maio de 1862 foi chamado *dos velhos*, pois o mais moço dos seus componentes — o Almirante Joaquim Raimundo De Lamare — tinha, nessa época 51 anos, sendo o membro mais idoso o próprio Marquês de Olinda, que era, então, quase setuagenário.

Depois do *Ministério dos Velhos*, voltou Zacarias de Góis e Vasconcelos ao governo a 15 de janeiro de 1864, como 15.º Presidente do Conselho, preferindo, dessa vez, a pasta da Justiça. A 31 de agosto do mesmo ano, era, porém, formado novo gabinete, sob a direção do senador Francisco José Furtado, que, com a pasta da Justiça, foi o 16º Presidente do Conselho.

O ato mais importante dêsse gabinete, que era o vigésimo de D. Pedro II, foi a Circular-Manifesto de 26 de janeiro de 1865, dirigida ao Ministro das Relações Exteriores da República Argentina e ao Corpo Diplomático residente em Buenos Aires, pelo enviado brasileiro, em missão especial, Conselheiro Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, declarando guerra ao governo do Paraguai.

O senador Furtado,

"Homem de inteligência e de caráter, ilustrado e reto, sagaz e hábil, não dispunha, quando nomeado primeiro ministro, do prestígio que só as tradições e os serviços podem dar, acrescento que, ao tempo, já se entrecravavam violentamente as duas correntes em que se dividia a Câmara: *progressistas* e *históricos*. Nada, porém, o desanimou; e assumiu com desassombro gravíssimas responsabilidades" (27).

Foi êle

"um dos estadistas que melhor encarnaram entre nós as aspirações do liberalismo dentro da forma monárquico-representativa" (28).

(20) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

(21) BARÃO DO RIO BRANCO — *Efemérides Brasileiras*, Rio, 1938, pág. 201.

(22) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

(23) Parênteses do autor.

(24) JOAQUIM NABUCO, *op. cit.*, T. II, pág. 4.

(25) *Id.*, *ib.*, T. I, pág. 529.

(26) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

(27) *Id.*, *ib.*

(28) *Id.*, *ib.*

Pela quarta vez voltou o Marquês de Olinda, ao governo, em 12 de maio de 1865, sendo assim, o 4.º, o 9.º, o 14.º e o 16.º Presidente do Conselho e ocupando, como da vez anterior, a pasta do Império. Esse gabinete, que foi o 21.º de D. Pedro II, é chamado por Joaquim Nabuco, o *Ministério das Águias*.

A 3 de agosto de 1866 voltou Zacarias de Góis e Vasconcelos ao poder, chefiando o 22.º gabinete, como 17.º Presidente do Conselho. Dessa vez escolheu para si a pasta da Fazenda. Cerca de dois anos durou a sua gestão, que terminou em virtude de dissensões com Caxias, então à testa das operações no Paraguai.

Sucedeu a Zacarias, na mesma pasta, o Visconde de Itaboraí, que já fôra o 6.º e foi, também, o 18.º Presidente do Conselho, iniciando o governo a 16 de julho de 1868.

O chefe do governo que se lhe seguiu, a 29 de setembro de 1870, 19.º Presidente do Conselho de Ministros, foi o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, então Visconde e depois Marquês de São Vicente. A pasta por êle escolhida foi a dos Estrangeiros, que, na fase final da guerra do Paraguai, era a que revestia maior importância.

Segundo Joaquim Nabuco, São Vicente foi "o primeiro a formular o conjunto de medidas que desenraizou a escravidão do nosso solo em 1871".

O futuro Marquês de São Vicente

"Era um temperamento politicamente negativo. Varão ilustre e profundo pensador, seria sempre um conselheiro avisado, refletido, competente; seria um argumentador frio, lógico, substancioso.

Não era, porém, um chefe de partido, um orador, com a resistência que a luta parlamentar exigia.

.....

Em mais de meio século de incessante labor S. Vicente foi antes e acima de tudo um grande juriconsulto, que engrandeceu as letras pátrias com os mais copiosos subsídios do seu saber jurídico, ainda hoje *rica fonte de luz*" (29).

Pimenta Bueno, ao demitir-se, indicou para seu sucessor ao Visconde do Rio Branco, em quem reconhecera o estadista capaz de levar a cabo a questão do elemento servil.

O gabinete Rio Branco, vigésimo quinto de D. Pedro II, foi o de mais longa duração do Império e, sem dúvida, o de mais fecundas realizações.

(29) *Id., ib.*

Iniciou suas atividades a 7 de março de 1871, encerrando-as somente a 25 de junho de 1875.

Sobre a personalidade do insigne 20.º Presidente do Conselho de Ministros, que tomou para si a pasta da Fazenda, deixamos de transcrever, como o estamos fazendo com os demais, assertos e opiniões de historiadores, por já a haveremos focalizado no capítulo precedente destas notas. Acrescente-se em homenagem a tão eminente vulto de estadista que

"nenhum outro, antes ou depois dêle, deixou vestígios tão acentuados do seu veementíssimo desejo de promover o progresso material e moral do país" (30).

Na data mencionada de 25 de junho de 1875, subiu novamente ao poder, como 21.º Presidente do Conselho e ocupando a pasta da Guerra, o já então Duque de Caxias. Também a duração desse governo foi longa, pois só a 5 de janeiro de 1878, foi êle substituído pelo gabinete encabeçado pelo Conselheiro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Visconde de Sinimbu. O 22.º Presidente do Conselho escolheu a pasta da Agricultura Comércio e Obras Públicas, que, assim, pela primeira e única vez, contou com um ocupante na chefia do governo.

"Sinimbu era um homem de bem; e, morrendo aos 97 anos de idade, em extrema pobreza, jamais deixou de ser um *gentleman* pela sua polidez, cultura, circunspeção e maneiras fidalgas" (31).

Com a pasta da Fazenda, foi José Antônio Saraiva o 23.º Presidente do Conselho, chefiando o 28.º gabinete de D. Pedro II, de 28 de março de 1880 a 21 de janeiro de 1882.

A êsse gabinete

"cabe a glória de ter realizado (decreto de 9 de janeiro de 1831) a melhor reforma da legislação eleitoral do Império" (32).

Afonso Celso assim traçou o perfil de Saraiva:

"Possuía predicados especiais, exercia magnetismo pessoal pouco vulgar. Bom senso, faro agudo das ocasiões, arte em as aproveitar, idéias claras e práticas, confiança em si, conhecimento do meio em que vivia, prudência, altivez, decisão, jeito sob aparências rudes, manha disfarçada em explosões de

(30) *Id., ib.*

(31) *Id., ib.*

(32) BARÃO DO RIO BRANCO, *op. cit.*, pág. 261.

brutal franqueza, conferiam-lhe inquestionável superioridade”.

“Foi o mais oportunista de nossos estadistas; e depois que completou sua evolução política do partido Conservador para o Liberal, dificilmente seria encontrado entre os que disputavam os postos de combate. Aparecia, sim, para colhêr os louros da vitória” (33).

“Saraiva inspirava nos últimos anos do Império uma confiança e respeito inigualáveis, respeito e confiança que provinham principalmente da elevação e imparcialidade com que fêz executar a lei eleitoral de 9 de janeiro de 1881, — a *lei do censo* —, e que lhe deram uma autoridade moral indiscutível. Ainda presentemente o seu exemplo é apontado como prova de que, mesmo com a nossa rudimentar educação política, é possível apurar nas urnas, com relativa exatidão, a vontade do país, nos pleitos eleitorais” (34).

Saraiva foi o último estadista convidado por D. Pedro II para formar ministério, após a deposição do gabinete Ouro Preto, quando a República já triunfara no Brasil.

Seguiu-se-lhe, como 24º Presidente do Conselho de Ministros, Martinho Alvares da Silva Campos, que ocupou a pasta da Fazenda. Seu governo durou de 21 de janeiro a 3 de julho de 1882.

“Foi ministro apenas uma vez, Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho.

Figura original e curiosa.

Alardeando conhecimentos profundos de usanças inglesas na *Câmara dos Comuns*, dispunha de recursos oratórios inesgotáveis e, sem ser eloquente, fazia-se ouvir sempre com atenção.

Nenhum parlamentar de sua geração praticou de modo tão acabado a arte da protelação, conseguindo o privilégio de não ser chamado à ordem pelos presidentes da Câmara, que, tãda, acompanhava com avidez o seu discurso, interessada nas revelações que lhe trazia no seu bom humor, na novidade de suas lembranças e dos epítetos e alcunhas que distribuía” (35).

O 25º Presidente do Conselho de Ministros foi João Lustosa da Cunha Paranaguá, segundo Visconde e, mais tarde, segundo Marquês de Paranaguá (36). Ocupou a pasta da Fazenda e seu governo durou de 3 de julho de 1882 a 24 de maio de 1883.

(33) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

(34) *Id.*, *ib.*

(35) *Id.*, *ib.*

(36) O primeiro Visconde e primeiro Marquês de Paranaguá foi Francisco Vilela Barbosa, várias vezes Ministro de Estado.

“Iniciou sua carreira nas fileiras conservadoras e terminou como chefe liberal. Moderado, conciliador, cortês, corretíssimo nas suas relações de ordem pessoal e política, nunca despertou fanatismos, nem tão pouco ódios.

Gozava da estima do Imperador que o cumulou de distinções. Apesar de ser considerado áulico, jamais abusou do acolhimento que lhe dispensava a família imperial” (37).

Sucedeu a Paranaguá como 26º Presidente do Conselho de Ministros, de 24 de maio de 1883 a 6 de junho de 1884, o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que também ocupou a pasta da Fazenda.

O Conselheiro Lafayette

“foi, em ascensões contínuas e rápidas, ministro, deputado, senador, conselheiro de Estado, presidente do Conselho e plenipotenciário no Chile. Êsses sucessos pessoais eram justificados pela sua superioridade intelectual; mas provocaram àsperas agressões.

Não as desprezou; e, na arena parlamentar, se fêz amestrado lutador. As suas orações, em geral curtas e de efeitos calculados, primaram pelas reminiscências clássicas, pelo aticismo, pela elegância, pela graça, sendo cheias de ironia e às vezes sarcásticas, quando revidava os ataques que lhe eram dirigidos. Notáveis sempre pela erudição e pela forma.

No governo, Lafayette não deu o que podia dar; e, como parlamentar, foi um céptico para quem a política não tinha entranhas.

Todos estão, entretanto, de acôrdo em que era um grande espírito e foi um dos mais abalizados juriconsultos brasileiros” (38).

Sucedeu-lhe, como 27º Presidente do Conselho, de 6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885, o Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, que, como os seus últimos antecessores, ocupou a pasta da Fazenda.

“Dantas era um homem de ação, que conquistara o seu lugar à luz do sol, no jornalismo, nos comícios eleitorais, no parlamento e no governo, quando a presidência do Conselho e a sua atuação no movimento abolicionista o tornaram um dos nossos mais ilustres estadistas.

(37) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

(38) *Id.*, *ib.*

chefe parlamentar do abolicionismo, título que o recomendou e recomendará sempre à gratidão dos brasileiros. É o maior de seus braços" (39).

De 6 de maio de 1885 a 20 de agosto do mesmo ano voltou ao governo, como 28º Presidente do Conselho de Ministros, o Conselheiro Saraiva, ocupando, como da outra vez, a pasta da Fazenda.

O gabinete que a esse se seguiu foi o trigésimo quarto de D. Pedro e o ante-penúltimo da monarquia. Teve longa duração, pois se manteve no poder de 20 de agosto de 1885 a 10 de março de 1888. Presidiu-o João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, que foi o 29º Presidente do Conselho e ocupou a pasta dos Estrangeiros.

Segundo Joaquim Nabuco, Cotegipe

"era um político homem do mundo e um orador homem de espírito... Seu maravilhoso talento natural tratava a política como uma meada enredada que fôsse preciso deslindar só com a delicadeza dos dedos. Sua bagagem intelectual era tão pequena quanto possível; não se carregava de livros, *omnia mea mecum porto*, podia êle dizer em qualquer debate que se levantasse".

"Tinha um poder de síntese admirável, sendo um de seus maiores méritos expor e resumir aquilo em que às vezes não pensara até pouco antes e que outros levavam a discutir horas a fio" (40).

"A ação de Cotegipe foi quase que exclusivamente política no sentido de amortecer o movimento adolacionista e abafar os pródromos da questão militar, que teria de subverter o Império" (41).

Foi mais a atitude contrária à expansão e vitória das idéias abolicionistas do que propriamente a questão militar que motivou a queda de Cotegipe, a quem a Princesa Isabel, então Regente, não escondia a desaprovação pela política do gabinete e chegara mesmo, mais de uma vez, a insinuar a renúncia.

De acôrdo com a praxe estabelecida pelo Imperador, o chefe do gabinete demissionário deveria indicar o seu sucessor, de acôrdo com a corrente política dominante. Cotegipe indicou, assim, o Conselheiro João Alfredo, cujo nome, ainda que não fôsse objeto de sua indicação, seria, de qualquer maneira, o escolhido pela Princesa Isabel, dada a auréola abolicionista de que se revestia como antigo colaborador da Lei do Ventre Livre.

(39) *Id.*, *ib.*

(40) *Id.*, *ib.*

(41) *Id.*, *ib.*

O Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira foi, pois, o 30º Presidente do Conselho de Ministros. Seu governo durou de 10 de março de 1888 a 7 de junho de 1889, tendo sido o penúltimo da Monarquia e havendo o Presidente escolhido para si, como a maioria de seus predecessores, a pasta da Fazenda.

"A grande glória desse Ministério consiste na lei de 13 de maio de 1888, que, para sempre, libertou o Brasil da mancha inominável da escravidão africana" (42).

O Conselheiro João Alfredo, quando nomeado ministro pela primeira vez, no gabinete do Visconde de São Vicente, em que ocupou o Ministério do Império, foi o político de mais longa permanência numa pasta em todo o regime monárquico, pois foi conservado no mesmo cargo durante todo o governo do Visconde do Rio Branco.

Nessa época,

"deixou reputação de administrador inteligente, operoso, empreendedor, de vistas largas, preocupando-se muito com o ensino público e os melhoramentos materiais desta capital; mas o que lhe deu louros imarcessíveis foi a sua colaboração na lei de 28 de setembro de 1871.

A sua atividade, a sua energia e a sua bravura mostraram desde o primeiro dia que seria, de futuro, um condutor de homens.

Os fatos o demonstraram: dos ministros do gabinete de 7 de março de 1871 foi o único que atingiu a posição de chefe de partido (43).

Nas campanhas em que foram realizadas essas conquistas (44) três estadistas ocupam o primeiro plano: Euzébio de Queiroz, Rio-Branco e João Alfredo. E este não é menos glorioso do que os outros dois" (45).

O 31º e último Presidente do Conselho, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, cujo governo durou de 7 de junho a 15 de novembro de 1889, escolheu, também, para si a pasta da Fazenda.

O último governo da Monarquia era todo composto de elementos liberais. Veja-se parte do pro-

(42) BARÃO DO RIO BRANCO, *op. cit.*, pág. 224.

(43) O Partido Conservador (*N. do A.*).

(44) A extinção do tráfico de africanos, a liberdade dos nascituros e a abolição da escravatura (*N. do A.*).

(45) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

grama dêsse govêrno, exposto pelo Visconde de Ouro Preto a 9 de junho de 1889, onde há vários pontos de contacto com muitos dos postulados da propaganda republicana :

“Combater a corrente de idéias que desejavam a mudança da forma de govêrno. Convinha enfraquecê-la, inutilizá-la não pela violência ou repressão, mas pela demonstração prática de que o regime monárquico tinha a elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados definindo-se a situação do país numa só frase : necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais.

Plena autonomia dos municípios e das províncias. Efetividade das medidas por lei concedidas ao direito de reunião. Liberdade de culto e seus connectários. Imigração na maior escala. Temporariedade do Senado, Reforma do Conselho de Estado, para constituí-lo meramente administrativo”, etc. (46).

Sôbre a personalidade do Visconde de Ouro Preto, leiam-se os seguintes tópicos :

“A sua carreira política foi das mais auspiciosas. Desde que entrou para o parlamento em 1864, em uma Câmara em que era avultado o número de moços de talento e de futuro, se destacou pela sua inteligência, pelo arrôjo de suas orações, pela sua ambição de glórias; e dois anos depois era Ministro da Marinha, no terceiro gabinete Zacarias, pôsto em que aprestou navios, acumulou elementos de guerra, libertou escravos, que se fizeram soldados e marinheiros, aparelhou, enfim, as tropas brasileiras que escreveram em nossa história essa página inolvidável que é a passagem de Humaitá. Na pasta da Fazenda, como sucessor de Silveira Martins, no ministério Sinimbu, se assinalou pelos seus esforços no equilíbrio dos orçamentos, no combate ao *deficit*, na abertura de novas fontes de renda para o Tesouro; e, retomando a mesma pasta em 1889, procurou facilitar a organização do regime do trabalho, — perturbado em consequência da repercussão produzida pela lei da abolição —, concedendo auxílio aos lavradores, levantando um empréstimo interno de cem mil contos, alargando o plano de Francisco Belisário (47), que havia feito no exterior uma operação de seis milhões esterlinos, a tipo de 97 e juros de 4½%. Mais ainda, aproveitou a abundância de ouro em circulação e a firmeza do crédito público, atestada pela cotação dos títulos de nossa dívida e pela taxa cambial, que subira a

28, para levar a efeito a conversão da dívida externa e a consolidação do meio circulante.

A primeira dessas medidas, conversão da dívida externa de 5 para 4%, foi coroada do melhor êxito; a segunda já começava a ser executada quando sobreveio a República.

Êste o administrador esclarecido e competente. Quanto ao político, os seus triunfos dizem de seu valor.

Foi Presidente do Conselho numa quadra de febril agitação, iniciada com o movimento abolicionista e que se agravara com as questões militares, a doença do Imperador e a propaganda tenaz contra o terceiro reinado. A coroa recorrera a êle já na hora angustiosa de seu declínio. E, certo, ninguém em melhores condições de salvar o trono, se a sua salvação fôsse possível.

Era, porém, muito tarde para tentá-lo. Ouro Preto, com o seu vasto descortino político, não devia ter ilusões a respeito; mas sacrificou-se conscientemente, guardando fidelidade às instituições juradas; e, quando teve de se submeter à lei inexorável que põe termo à vida na terra, foi, na frase de Ramiz Galvão, para começar a vida nova dos imortais no seio da posteridade.

Desta o grande brasileiro só poderá receber consagrações, porque, orador, publicista, deputado, senador, ministro, conselheiro de Estado, financista e jurisconsulto, deixou, por tôda parte onde exerceu a sua atividade, a lembrança de seus feitos, a marca de seus talentos, a tradição de seus méritos, que culminaram na compostura e dignidade com que soube cair : de pé e com honra” (48).

O Visconde de Ouro Preto procurou reagir e resistir enquanto ainda lhe parecia possível estabelecer e manter a ordem constituída.

Segundo refere um parente do Marechal Deodoro, o primeiro Presidente da República teria expandido o seguinte conceito sôbre o último Presidente do Conselho de Ministros da Monarquia :

“— Eu, no caso dêle, não teria procedido de outro modo; não parecia um paisano, mas um general de coragem” (49).

Sabe-se que, depois de dominada a situação e de vitorioso o movimento militar de 15 de novembro, o Marechal Deodoro entrou na sala do Quartel General, onde se achava reunido o ministério deposto, e, em longas e veementes palavras, dirigin-

(46) in MAX FLEIUS — *História da Reforma Administrativa no Brasil*, 2.^a Edição, pág. 379.

(47) Francisco Belisário Soares de Sousa, Ministro da Fazenda do gabinete Cotegipe (N. do A.).

(48) A. TAVARES DE LIRA, *op. cit.*

(49) in MAX FLEIUS, *op. cit.*, pág. 437.

do-se ao Visconde de Ouro Preto, anunciou-lhe a deposição do gabinete, alegando que era preciso vingar o Exército das gravíssimas injustiças e ofensas recebidas. Declarou que só o Exército sabia sacrificar-se pela Pátria, aludindo aos serviços que êle, Deodoro, prestara no Paraguai, onde, segundo disse, passara três dias e três noites combatendo dentro de um lodaçal — “sacrifício que V. Exa. não pode avaliar”.

O Visconde de Ouro Preto que ouvira serenamente, sem um gesto, as palavras inflamadas que

terminaram por anunciar a sua detenção e a do Conselheiro Cândido de Oliveira, Ministro da Justiça, até serem deportados para a Europa, assim respondeu ao vencedor :

— *Não é só no campo de batalha que se serve a Pátria e por ela se fazem sacrifícios. Estar aqui ouvindo o general neste momento não é somenos a passar alguns dias e noites num pantanal. Fico ciente do que resolve a meu respeito. É o vencedor; pode fazer o que lhe aprouver. Submeto-me à força.*

Haroldo Ickes e a burocracia

O Sr. Harold Ickes, Secretário do Interior dos Estados Unidos, publicou no “New York Overseas Weekly”, de 16 de janeiro deste ano, um artigo em defesa do combatido burocrata — o homem que, na opinião do Senhor Ickes, faz o Governo e a Indústria funcionar.

Ê esse artigo que, devidamente autorizados, reproduzimos a seguir.

“Três termos particulares de opróbrio vêm sendo aplicados ao conjunto da Administração americana atual e a alguns de seus membros em particular. O primeiro dêles é o termo *braintruster*. O segundo, que vem sendo repetido há muitos anos é *New Dealer*. O termo corrente, agora, pronunciado entre-dentes, apesar de não ter nenhuma letra sibilante, é “burocrata”. Ninguém tem cometido o êrro de chamar-me *braintruster*, e, embora me tenham chamado por todos os nomes consignados num dicionário de termos desagradáveis, tenho surgido automaticamente, na lembrança de muitos, quando alguém diz *New Dealer* ou *burocrata*.

Apesar de tôdas as afirmações contrárias a “Burocracia”, assim como o casamento, é um “estado honroso”, ou pelo menos deve sê-lo, ainda que em certas circunstâncias não o seja. Não se pode negar que existe um sistema de burocracia no governo, não só no Federal, mas ainda no Estadual, e, até certo ponto, no Municipal. Teríamos um caos político se assim não fôsse. Mesmo um prefeito político ou um delegado de polícia precisam encarar o problema da “administração eficiente”, que nunca poderiam conseguir se afastassem do

trabalho todos os funcionários do partido político oposto, que encontrassem em exercício ao tomar posse, porque é justamente o *burocrata*, o profissional experimentado e competente, embora às vezes demasiado deliberativo, que faz, com sua ação continuada, a máquina governamental funcionar.

O MÉTODO DE ICKES

Conheço melhor o Departamento do Interior do que qualquer outra repartição do governo; portanto, é sobre êle que vamos conversar. Quando assumi a pasta fiz pouquíssimas mudanças. Naturalmente os que ocupavam cargos políticos, como secretários assistentes e mais um ou dois, resignaram. Houve um alto funcionário do gabinete do Procurador cuja resignação foi bem recebida por mim porque eu não apreciava muito a sua atitude em relação aos índios, êsses complicados, oprimidos e trapaceados protegidos do Governo. Mas, de um modo geral, mantive em exercício os principais chefes departamentais e êles, por sua vez, conservaram seus auxiliares imediatos, porque sempre me pareceu que, se eu queria chefes responsáveis pelo trabalho de seus respectivos setores, não poderia impor-lhes auxiliares que não desejassem.

Nunca, nem uma vez, indaguei de um funcionário se pertencia ao partido Republicano ou ao Democrático. Tudo que queria saber era se se tratava de uma pessoa competente e leal, não à nova administração democrática, mas ao Governo. Sempre suspeitei que a maior parte de meus chefes de departamento era republicana.